

SÉRIE CONCURSOS

Hugo Goes



Manual de Direito Previdenciário

teoria e questões

9^a edição

Atualizado conforme a Lei 13.063, de 30/12/2014;
a Medida Provisória 664, de 30/12/2014; a Portaria Interministerial MPS/MF 13,
de 9/01/2015; e a Instrução Normativa INSS 77, de 21/01/2015.



Ferreira

Sumário

Apresentação	XXVII
Siglas e abreviaturas	XXIX
Capítulo 1 – Seguridade Social	1
1 Origem e evolução legislativa da Previdência Social no Brasil	1
1.1 Lei Eloy Chaves e as Caixas de Aposentadorias e Pensões	1
1.2 Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs)	3
1.3 FUNRURAL	4
1.4 Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)	4
1.5 Novos benefícios previdenciários	4
1.6 Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS)	5
1.7 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	5
1.8 Ministério da Previdência Social	6
1.9 Leis básicas da Previdência Social	6
1.10 Arrecadação e fiscalização das contribuições previdenciárias	7
1.11 A Previdência Social nas Constituições Federais	8
1.12 Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC	12
1.13 Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP	12
2 Conceituação	14
2.1 Saúde	15
2.2 Assistência Social	15
2.3 Previdência Social	16
2.3.1 Regime Geral de Previdência Social	16
2.3.2 Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos e militares	17

2.3.3 Previdência Complementar	21
3 Princípios constitucionais da Seguridade Social	24
3.1 Universalidade da cobertura e do atendimento (CF, art. 194, parágrafo único, I)	25
3.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais (CF, art. 194, parágrafo único, II)	25
3.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços (CF, art. 194, parágrafo único, III)	26
3.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios (CF, art. 194, parágrafo único, IV)	26
3.5 Equidade na forma de participação no custeio (CF, art. 194, parágrafo único, V)	31
3.6 Diversidade da base de financiamento (CF, art. 194, parágrafo único, VI)	32
3.7 Caráter democrático e descentralizado da administração – gestão quadripartite (CF, art. 194, parágrafo único, VII)	35
3.8 Preexistência do custeio em relação ao benefício ou serviço (CF, art. 195, §5º)	36
3.9 Anterioridade nonagesimal (CF, art. 195, §6º)	36
3.10 Solidariedade (CF, art. 3º, I, e <i>caput</i> do art. 195)	37
4 Dispositivos constitucionais referentes à Previdência Social	38
4.1 Caráter contributivo	38
4.2 Filiação obrigatória	39
4.3 Equilíbrio financeiro e atuarial	39
4.4 Garantia do benefício mínimo	39
4.5 Atualização monetária dos salários de contribuição	40
4.6 Preservação do valor real dos benefícios	40
4.7 Contagem recíproca do tempo de contribuição	41
4.8 Proibição de critérios diferenciados para concessão de aposentadoria	42
4.9 Sistema especial de inclusão previdenciária	43
4.10 Previdência Complementar facultativa	44
5 Organização da Seguridade Social	44
5.1 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS	44

5.1.1 Composição do CNPS	45
5.1.2 Competência do CNPS	45
5.1.3 Competência dos órgãos governamentais	46
5.1.4 Publicidade das resoluções	46
5.1.5 Reuniões do CNPS	47
5.1.6 Estabilidade no emprego dos representantes dos trabalhadores	47
5.2 Conselhos de Previdência Social – CPS	47
5.2.1 Composição	48
5.3 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS	48
5.3.1 Composição do CRPS	49
5.3.2 Juntas de Recursos	50
5.3.3 Câmaras de Julgamento	50
5.3.4 Conselho Pleno	50
5.3.5 Gratificação dos membros do CRPS	51
Exercícios de Fixação	51
Capítulo 2 – Legislação Previdenciária	65
1 Lei e legislação	65
2 Fontes	65
3 Autonomia	69
4 Aplicação	70
5 Vigência	72
6 Hierarquia	73
7 Interpretação	75
8 Integração	75
8.1 Analogia	76
8.2 Princípios gerais da Seguridade Social	76
8.3 Princípios gerais do Direito	76
8.4 Equidade	76
Exercícios de Fixação	77

Capítulo 3 – Regime Geral de Previdência Social	79
1 Introdução	79
2 Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	79
2.1 Segurados obrigatórios	81
2.1.1 Segurado empregado	82
2.1.2 Segurado empregado doméstico	94
2.1.3 Segurado trabalhador avulso	96
2.1.4 Segurado especial	99
2.1.4.1 Regime de economia familiar	100
2.1.4.2 Local da residência do segurado especial	101
2.1.4.3 Produtor rural	101
2.1.4.4 Pescador artesanal	103
2.1.4.5 Cônjugue, companheiro e filho maior de 16 anos de idade	104
2.1.4.6 Não descaracterização da condição de segurado especial	105
2.1.4.7 Membro do grupo familiar que possui outra fonte de rendimento	106
2.1.4.8 Data da exclusão do segurado especial	108
2.1.4.9 Comprovação da atividade rural	109
2.1.5 Segurado contribuinte individual	110
2.1.6 Situações específicas	126
2.1.6.1 Dirigente sindical	126
2.1.6.2 Aposentado que volta a trabalhar	127
2.1.6.3 Trabalhador que exerce mais de uma atividade	128
2.1.6.4 Enquadramento realizado pela fiscalização	128
2.2 Segurado facultativo	128
2.3 Dependentes	130
2.3.1 Cônjugue	131
2.3.2 Companheira e companheiro	132
2.3.3 Companheiros homossexuais	134
2.3.4 Filhos	135
2.3.5 Equiparados a filhos	137
2.3.6 Os pais	140
2.3.7 Irmãos	140

3 Filiação do segurado	140
4 Inscrição do segurado	141
5 Inscrição do dependente	142
5.1 Comprovação do vínculo e da dependência econômica	143
6 Trabalhadores excluídos do RGPS	144
Exercícios de Fixação	145
 Capítulo 4 – Manutenção e perda das qualidades de segurado e de dependente	159
1 Manutenção da qualidade de segurado	159
2 Direitos preservados durante o período de graça	162
3 Perda da qualidade de segurado	163
3.1 Efeitos da perda da qualidade de segurado	164
4 Contribuinte individual em débito com a Previdência	165
5 Perda da qualidade de dependente	168
Exercícios de Fixação	171
 Capítulo 5 – Prestações do Regime Geral de Previdência Social	175
1 Conceitos introdutórios	178
1.1 Carência	178
1.1.1 Contagem do período de carência	178
1.1.2 Contagem da carência para o segurado especial	181
1.1.3 Benefícios sujeitos a carência	183
1.1.4 Perda da qualidade de segurado	185
1.1.5 Regra de transição	186
1.2 Salário de benefício (SB)	189
1.2.1 Cálculo do salário de benefício	190
1.2.2 Cálculo do salário de benefício para segurados filiados ao RGPS até 28/11/99	193
1.2.3 Salário de benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes	196
1.2.4 Fator previdenciário	197
1.3 Limites da renda mensal do benefício	200
1.3.1 Reajustamento do teto do RGPS	201
1.3.2 Revisão do teto do RGPS nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003	201

1.4	Reajustamento do valor do benefício	203
1.5	Data de pagamento dos benefícios	205
1.6	Acidente do trabalho	206
1.6.1	Hipóteses equiparadas a acidente do trabalho	207
1.6.2	Nexo técnico epidemiológico	208
1.6.3	Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT	209
1.6.4	Dia do acidente	210
1.6.5	Estabilidade no emprego	210
2	Benefícios do RGPS	210
2.1	Aposentadoria por invalidez	211
2.1.1	Verificação da incapacidade	211
2.1.2	Doença preexistente	213
2.1.3	Beneficiários	213
2.1.4	Carência	213
2.1.5	Renda mensal inicial	214
2.1.6	Data de início da aposentadoria por invalidez	217
2.1.7	Cessação do benefício	217
2.1.8	Situação trabalhista do empregado	218
2.2	Aposentadoria por idade	220
2.2.1	Perda da qualidade de segurado	224
2.2.2	Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna	224
2.2.3	Aposentadoria compulsória	225
2.2.4	Beneficiários	225
2.2.5	Carência	225
2.2.6	Renda mensal inicial	227
2.2.7	Data de início do benefício	228
2.2.8	Cessação do benefício	228
2.3	Aposentadoria por tempo de contribuição	230
2.3.1	Aposentadoria do professor	230
2.3.2	Beneficiários	232
2.3.3	Carência	232
2.3.4	Renda mensal inicial	234
2.3.5	Aposentadoria proporcional	234
2.3.6	Direito adquirido	235
2.3.7	Tempo de contribuição	236

2.3.8	Prova do tempo de contribuição	241
2.3.9	Contagem recíproca de tempo de contribuição	245
2.3.10	Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência	248
2.3.11	Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna	249
2.3.12	Data de início do benefício	249
2.3.13	Cessação do benefício	250
2.4	Aposentadoria especial	251
2.4.1	Comprovação da exposição	253
2.4.2	Agentes nocivos	254
2.4.3	Conversão de tempo entre atividades especiais	257
2.4.4	Conversão de tempo especial para comum	258
2.4.5	Impossibilidade de conversão de tempo comum para especial	261
2.4.6	Beneficiários	262
2.4.7	Carência	262
2.4.8	Renda mensal inicial	263
2.4.9	Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna	263
2.4.10	Data de início do benefício	263
2.4.11	Cessação do benefício	264
2.4.12	Previsão constitucional	264
2.5	Aposentadoria da pessoa com deficiência	266
2.5.1	Aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência	266
2.5.1.1	Segurado que, após a filiação ao RGPS, torna-se pessoa com deficiência, ou tem seu grau de deficiência alterado	268
2.5.1.2	Conversão do tempo de contribuição especial para fins de aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência	269
2.5.2	Aposentadoria por idade da pessoa com deficiência	271
2.5.3	Beneficiários	271
2.5.4	Carência	272
2.5.5	Renda mensal inicial	272
2.6	Auxílio-doença	273

2.6.1 Requerimento	274
2.6.2 Verificação da incapacidade	274
2.6.3 Doença preexistente	275
2.6.4 Segurado que exerce mais de uma atividade	275
2.6.5 Beneficiários	275
2.6.6 Carência	276
2.6.7 Renda mensal inicial	276
2.6.8 Data de início do benefício	277
2.6.9 Cessação do benefício	278
2.6.10 Prazo para recuperação da capacidade	278
2.6.11 Contagem do período de auxílio-doença como tempo de contribuição	279
2.6.12 Situação trabalhista do empregado	280
2.7 Auxílio-acidente	281
2.7.1 Situações que dão direito ao auxílio-acidente	282
2.7.2 Situações que não dão direito ao auxílio-acidente	285
2.7.3 Perda da audição	285
2.7.4 Beneficiários	286
2.7.5 Acumulação	287
2.7.6 Carência	288
2.7.7 Renda mensal inicial	288
2.7.8 Data de início do benefício	289
2.7.9 Cessação do benefício	290
2.8 Salário-família	291
2.8.1 Beneficiários	291
2.8.2 Carência	293
2.8.3 Renda mensal do benefício	293
2.8.4 Pagamento do salário-família	295
2.8.5 Data de início do benefício	296
2.8.6 Suspensão do benefício	296
2.8.7 Cessação do benefício	297
2.9 Salário-maternidade	298
2.9.1 Parto	299
2.9.2 Aborto não criminoso	299
2.9.3 Adoção de criança	300
2.9.4 Beneficiários	301
2.9.5 Situação da desempregada	301
2.9.6 Carência	302
2.9.7 Renda mensal do benefício	303
2.9.8 Pagamento do salário-maternidade	305
2.9.9 Incidência de contribuição previdenciária	306
2.9.10 Requerimento do benefício	306
2.9.11 Acumulação	306
2.9.12 Período de duração	307
2.9.13 Programa Empresa Cidadã	308
2.9.14 Suspensão do benefício	309
2.9.15 Cessação do benefício	309
2.9.16 Óbito do beneficiário	309
2.10 Pensão por morte	311
2.10.1 Morte presumida	313
2.10.2 Beneficiários	314
2.10.3 Óbito ocorrido após a perda da qualidade de segurado	321
2.10.4 Carência	322
2.10.5 Renda mensal inicial	323
2.10.6 Cessação do pagamento da cota individual	325
2.10.7 Cessação do benefício	328
2.11 Auxílio-reclusão	329
2.11.1 Beneficiários	334
2.11.2 Carência	335
2.11.3 Requerimento do benefício	336
2.11.4 Conversão em pensão por morte	336
2.11.5 Renda mensal inicial	336
2.11.6 Data de início do benefício	337
2.11.7 Período de duração	337
2.11.8 Suspensão do benefício	337
2.11.9 Cessação do pagamento da cota individual	337
2.11.10 Cessação do benefício	338
2.12 Abono anual	339
2.12.1 Forma de cálculo	340
2.12.2 Quando é pago	341
3 Serviços do RGPS	341
3.1 Habilitação e reabilitação profissional	341

3.1.1 Beneficiários	341	2.3.1.3 Contribuição do contribuinte individual	393
3.1.2 Carência	342	2.3.1.4 Contribuição do segurado especial	403
3.1.3 Processo de habilitação e reabilitação profissional	342	2.3.1.5 Contribuição do segurado facultativo	407
3.1.3.1 Fornecimento de equipamentos	342	2.3.1.6 Arrecadação e recolhimento das contribuições dos segurados	409
3.1.3.2 Programação profissional	343	2.3.2 Contribuição previdenciária da empresa	410
3.1.3.3 Conclusão do processo	343	2.3.2.1 Contribuição da empresa sobre a remuneração de empregados e trabalhadores avulsos	411
3.1.4 Obrigação das empresas	343	2.3.2.2 Contribuição da empresa sobre a remuneração de contribuintes individuais	413
3.2 Serviço social	344	2.3.2.3 Contribuição da empresa sobre serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho	416
3.2.1 Beneficiários	344	2.3.2.4 Contribuição da empresa para o RAT (antigo SAT)	418
3.2.2 Carência	345	2.3.2.5 Contribuição adicional ao RAT para o custeio da aposentadoria especial	424
3.2.3 Regras gerais	345	2.3.2.6 Instituições financeiras	425
4 Acumulação de benefícios	345	2.3.2.7 Desoneração da folha de pagamento	426
5 Valores que podem ser descontados dos benefícios	347	2.3.2.8 Contribuição da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional	430
6 Recebimento de benefício por meio de procuração	349	2.3.2.9 Contribuição da agroindústria	431
7 Benefício devido a beneficiário civilmente incapaz	350	2.3.2.10 Contribuição do produtor rural pessoa jurídica	432
8 Desaposentação	351	2.3.2.11 Contribuição do empregador rural pessoa física	433
Exercícios de Fixação	352	2.3.2.12 Contribuição da empresa optante pelo Simples Nacional	434
Capítulo 6 – Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário	375	2.3.2.13 Contribuição patronal do microempreendedor individual	435
1 Empresa	375	2.3.2.14 Entidade beneficiante de assistência social que atenda às exigências estabelecidas em lei	436
1.1 Equiparados a empresa	376	2.3.2.15 Resumo das contribuições previdenciárias patronais	437
2 Empregador doméstico	377	2.3.2.16 Contribuição da empresa para outras entidades e fundos (terceiros)	441
Exercícios de Fixação	378	2.3.3 Contribuição previdenciária do empregador doméstico	442
Capítulo 7 – Financiamento da Seguridade Social	381		
1 Contribuição da União	383		
2 Receitas das contribuições sociais	383		
2.1 Natureza jurídica das contribuições sociais	384		
2.2 Competência para instituição das contribuições sociais	387		
2.3 Contribuições sociais previdenciárias	388		
2.3.1 Contribuição previdenciária do segurado	388		
2.3.1.1 Contribuição do empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso	388		
2.3.1.2 Contribuição do trabalhador rural contratado por produtor rural pessoa física por pequeno prazo	392		

2.3.3.1 Dedução da contribuição previdenciária do empregador doméstico no imposto de renda	444
2.3.3.2 Seguro contra acidentes de trabalho para o empregado doméstico	444
2.3.4 Contribuição previdenciária decorrente de ação trabalhista	444
2.4 Contribuições sociais não previdenciárias	447
2.4.1 COFINS	447
2.4.2 CSLL	448
2.4.3 PIS/PASEP	448
2.4.4 PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação	449
2.4.5 Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	450
3 Receitas de outras fontes	450
4 Salário de contribuição	452
4.1 Conceito de salário de contribuição	453
4.2 Parcelas integrantes e não integrantes do salário de contribuição	454
4.2.1 Parcelas integrantes do salário de contribuição	455
4.2.2 Parcelas não integrantes do salário de contribuição	472
4.3 Proporcionalidade	493
5 Obrigações da empresa e demais contribuintes	493
5.1 Obrigações da empresa	493
5.2 Obrigação dos demais contribuintes	495
6 Prazo de recolhimento	497
7 Recolhimento fora do prazo: juros e multa	498
7.1 Juros de mora	498
7.2 Multa de mora	499
7.3 Multas de lançamento de ofício	500
7.3.1 Agravamento da multa de ofício	501
7.3.2 Redução da multa de ofício	501
Exercícios de Fixação	502
Capítulo 8 – Retenção e responsabilidade solidária	519
1 Retenção de 11%	519
1.1 Procedimento da retenção	520
1.2 Hipóteses de incidência da retenção	521

1.3 Empresa optante pelo Simples Nacional	523
1.4 Cooperativa de trabalho	524
1.5 Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento ...	524
1.6 Jurisprudência a respeito da retenção de 11%	524
2 Responsabilidade solidária	526
2.1 Responsabilidade solidária na construção civil	527
2.1.1 A responsabilidade solidária na construção civil será elidida	529
2.2 Empresas que integram grupo econômico	529
2.3 Produtores rurais integrantes de consórcio simplificado	530
2.4 Operador portuário e OGMO	531
2.5 Administradores públicos	531
2.6 Ato praticado sem apresentação da CND	531
2.7 Situações nas quais não há responsabilidade solidária	532
3 Responsabilidade dos administradores de pessoas jurídicas de direito privado	532
Exercícios de Fixação	533
Capítulo 9 – Obrigações acessórias	539
1 GFIP	541
2 Folha de pagamento	543
3 Contabilidade	544
4 Matrícula da empresa	545
5 Matrícula de obra de construção civil	546
6 Matrícula do produtor rural pessoa física e do segurado especial	546
7 Obrigações acessórias específicas	547
7.1 Dos municípios	547
7.2 Das instituições financeiras	547
7.3 Dos cartórios de registro civil e de pessoas naturais	547
7.4 Órgãos públicos, autarquias, fundações e empresas públicas	548
7.5 Segurado especial	548
8 Prazo de arquivamento de documentos	549
Exercícios de Fixação	549

Capítulo 10 – Competência para arrecadar, fiscalizar e cobrar	553
1 Competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil	553
2 Competência do INSS	553
3 Exame da contabilidade	554
Exercícios de Fixação	555
Capítulo 11 – Constituição do crédito previdenciário	557
1 Lançamento por homologação	557
2 Confissão de dívida tributária	559
2.1 GFIP	559
2.2 Lançamento de débito confessado	560
3 Lançamento de ofício	561
3.1 Auto de Infração	561
3.2 Notificação de Lançamento	562
Exercícios de Fixação	563
Capítulo 12 – Parcelamento	565
1 Condições para formalização do parcelamento	565
2 Prestações mensais acrescidas de juros	565
3 Contribuições que não podem ser objeto de parcelamento	566
4 Reparcelamento	566
5 Rescisão do parcelamento	566
6 Parcelamentos concedidos a Estados, Distrito Federal ou municípios ...	567
Exercícios de Fixação	567
Capítulo 13 – Compensação, restituição e reembolso	571
1 Compensação	571
1.1 Compensação de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada	572
1.2 Impossibilidade de compensação de créditos relativos às contribuições previdenciárias com débitos de outros tributos federais	572
1.3 Compensação de ofício	573
2 Restituição	574

2.1 Restituição de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada	575
2.2 Restituição de contribuições para terceiros (SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE etc.)	576
3 Acréscimo de juros	576
4 Reembolso	577
5 Discussão administrativa	577
Exercícios de Fixação	578
Capítulo 14 – Decadência e prescrição	581
1 Distinção entre decadência e prescrição	581
2 Decadência e prescrição no custeio previdenciário	581
2.1 Decadência em relação às contribuições previdenciárias	582
2.2 Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência	588
2.3 Prescrição em relação às contribuições previdenciárias	589
2.4 Prescrição na restituição e compensação de contribuições	593
3 Decadência e prescrição em matéria de benefícios	594
3.1 Decadência	594
3.2 Prescrição	597
3.3 Acidente do trabalho	598
3.4 Anulação de ato administrativo relativo à concessão de benefício ..	599
Exercícios de Fixação	600
Capítulo 15 – Isenção de contribuições	603
1 Isenção ou imunidade?	603
2 Exigências estabelecidas em lei	604
3 Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social	607
3.1 Certificação de entidade de saúde	608
3.2 Certificação de entidade de educação	609
3.3 Certificação de entidade de assistência social	610
3.4 Competência para concessão da certificação	610
3.5 Cancelamento da certificação	611
4 Requisitos para a concessão da isenção	612

5 Contribuições isentas	613
6 Suspensão do direito à isenção	613
Exercícios de Fixação	614
 Capítulo 16 – Prova de inexistência de débito	617
1 Competência para a emissão	617
2 Exigência da CND ou da CPD-EN	618
2.1 Da empresa	618
2.2 Do proprietário de obra de construção civil	620
2.3 Do incorporador	622
3 Prazo de validade	622
4 Verificação da autenticidade	622
5 Possibilidades de emissão da CND e da CPD-EN	623
6 Falta de apresentação de GFIP	624
7 Divergência entre os valores declarados na GFIP e os efetivamente recolhidos	624
8 Estados, Distrito Federal e municípios	625
9 Ato praticado sem apresentação da CND	626
Exercícios de Fixação	626
 Capítulo 17 – Crimes contra a Previdência Social	629
1 Apropriação indébita previdenciária	629
1.1 Conduta típica	630
1.2 Desnecessidade do ânimo de apropriação para a configuração do delito	632
1.3 Bem jurídico tutelado	634
1.4 Sujeitos ativo e passivo	634
1.5 Pena	635
1.6 Extinção da punibilidade	636
1.7 Ação penal	639
1.8 Aplicação do princípio da insignificância	641
2 Sonegação de contribuição previdenciária	642
2.1 Conduta típica	642
2.2 Pena	643

2.3 Extinção da punibilidade	644
2.4 Ação penal	645
2.5 Bem jurídico tutelado e sujeitos ativo e passivo	646
3 Falsificação de documento público	646
4 Outros crimes	647
5 Regras gerais	647
6 Restrições	648
7 Apreensão de documentos	649
Exercícios de Fixação	649
 Capítulo 18 – Infrações à legislação previdenciária	655
1 Valores das multas	655
1.1 Infrações relacionadas à GFIP	658
1.2 Falta de inscrição de segurado	659
1.3 Falta de comunicação de acidente de trabalho	659
1.4 Infrações relacionadas à GPS	662
1.5 Instituições financeiras	662
1.6 Órgão gestor de mão de obra	663
1.7 Demais infrações	663
2 Circunstâncias agravantes da penalidade	664
3 Gradação das multas	664
4 Auto de Infração – AI	665
Exercícios de Fixação	665
 Capítulo 19 – Recursos das decisões administrativas	669
1 Processo relativo ao custeio previdenciário	669
1.1 Competência para julgar o processo	669
1.2 Impugnação	670
1.3 Recurso dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	671
1.3.1 Recurso voluntário	672
1.3.2 Recurso de ofício	672
1.4 Recurso dirigido à Câmara Superior de Recursos Fiscais	673
1.5 Esquema gráfico do processo administrativo fiscal	673
2 Processo relativo aos benefícios previdenciários	674

2.1 Instâncias recursais	674
2.2 Efeito dos recursos	674
3 Renúncia à instância administrativa	675
Exercícios de Fixação	675
Capítulo 20 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial	679
1 Inscrição	679
2 Prerrogativas do crédito previdenciário	680
3 Requisitos da Lei de Execução Fiscal	680
4 Protesto de título	681
5 Indicação de bens à penhora	681
6 Leilão judicial de bens penhorados	681
7 Parcelamento do valor da arrematação	682
8 Adjudicação do bem penhorado	683
9 Concordância com valores divergentes	683
Exercícios de Fixação	684
Capítulo 21 – Estrutura do INSS	687
1 Estrutura organizacional	687
2 Direção e nomeação	688
Exercícios de Fixação	689
Capítulo 22 – Regime Próprio de Previdência Social	691
1 Beneficiários do RPPS	692
2 Custeio do RPPS	694
2.1 Contribuição dos servidores ativos	694
2.2 Contribuição de aposentados e pensionistas	697
2.3 Contribuição do ente federativo	699
3 Aposentadorias do RPPS	700
3.1 Cálculo dos proventos de aposentadoria	701
3.2 Aposentadoria compulsória	701
3.3 Aposentadoria por invalidez	702
3.4 Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição	704
3.5 Aposentadoria voluntária por idade	704

3.6 Aposentadoria do professor	705
3.7 Aposentadoria especial	706
3.8 Aposentadoria especial de servidor público policial	707
4 Regras de transição para concessão de aposentadoria	708
4.1 Servidores ingressos até 16/12/1998	708
4.1.1 Regra do art. 3º da EC 47/2005	708
4.1.2 Regra do art. 2º da EC 41/2003	709
4.2 Servidores ingressos até 31/12/2003	712
4.2.1 Regra do art. 6º da EC 41/2003	712
4.2.2 Regra do art. 6º-A da EC 41/2003	712
4.3 Direito de opção pela regra mais vantajosa	713
4.4 Quadro-resumo das aposentadorias voluntárias	713
5 Pensão por morte do RPPS	715
6 Benefício especial para os servidores federais que aderirem à Funpresp	717
7 Outros benefícios	719
8 Reajustamento dos benefícios	720
9 Limite máximo dos benefícios do RPPS	721
10 Possibilidade de aplicação de teto equivalente ao do RGPS	722
11 Abono de permanência	725
12 Um único RPPS por ente federativo	726
Exercícios de Fixação	727
Capítulo 23 – Previdência dos militares das Forças Armadas	731
1 Introdução	731
2 Transferência para a inatividade remunerada	732
2.1 Reserva remunerada	732
2.1.1 A pedido	732
2.1.2 <i>Ex officio</i>	733
2.2 Reforma	736
2.2.1 A pedido	736
2.2.2 <i>Ex officio</i>	736
2.3 Renda mensal dos proventos da inatividade	737
3 Pensão militar	738
3.1 Contribuintes obrigatórios da pensão militar	738

3.2 Contribuição para a pensão militar	738	1.4.2.2 Planos coletivos	760
3.3 Beneficiários da pensão militar	739	1.4.2.3 Resgate e portabilidade nas entidades abertas	761
3.4 Valor da pensão militar	740	2 Previdência Complementar Pública	761
3.5 Rateio da pensão militar	740	2.1 Fixação do teto do RGPS para aposentadorias e pensões do RPPS ..	762
3.6 Data do início da pensão militar	741	2.2 Instituição do regime	764
3.7 Pensão militar para filhas maiores de 21 anos e capazes	741	2.3 Forma de constituição da entidade	764
4 Reajustamento dos benefícios com base na paridade entre ativos e inativos	741	2.4 Modalidade dos planos de benefícios	764
5 Dos limites dos proventos	742	2.5 Base de cálculo da contribuição do participante	765
6 Contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar ..	742	2.6 Contribuição do patrocinador	766
Exercícios de Fixação	743	2.7 Funpresp	766
 Capítulo 24 – Previdência complementar	745	Exercícios de Fixação	769
1 Previdência complementar privada	745	 Capítulo 25 – Assistência Social	773
1.1 Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC	747	1 Conceito	773
1.1.1 Entidades fechadas criadas por patrocinador	748	2 Objetivos	773
1.1.2 Entidades fechadas criadas por instituidor	748	3 Princípios	774
1.1.3 Órgãos regulador e fiscalizador	749	4 Diretrizes	774
1.1.4 Estrutura mínima para o funcionamento	749	5 Organização e gestão	775
1.1.5 Custeio das entidades fechadas	750	5.1 Competência da União	777
1.1.5.1 Regimes financeiros	750	5.2 Competência dos estados	777
1.1.5.2 Contribuições normais e extraordinárias	751	5.3 Competência do Distrito Federal e dos municípios	778
1.1.5.3 Resultado superavitário	751	5.4 Instâncias deliberativas	778
1.1.5.4 Resultado deficitário	751	5.4.1 Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)	779
1.1.5.5 Demonstrações contábeis e avaliações atuariais	752	5.4.2 Competência do CNAS	779
1.2 Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC	752	6 Benefícios e serviços	781
1.3 Beneficiários dos planos de previdência complementar	753	6.1 Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS)	781
1.4 Planos de benefícios	754	6.2 Benefícios eventuais	785
1.4.1 Planos de benefícios de entidades fechadas	755	6.3 Programas de assistência social	786
1.4.1.1 Benefício proporcional diferido – <i>Vesting</i>	755	6.4 Projetos de enfrentamento da pobreza	786
1.4.1.2 Portabilidade	756	6.5 Serviços	787
1.4.1.3 Resgate	757	Exercícios de Fixação	787
1.4.1.4 Autopatrocínio	759	 Capítulo 26 – Saúde	791
1.4.2 Planos de benefícios de entidades abertas	759	1 Introdução	791
1.4.2.1 Planos individuais	760	2 Princípios e diretrizes	791

3 Sistema Único de Saúde (SUS)	793
3.1 Objetivos e atribuições do SUS	793
3.2 Organização, direção e gestão	795
4 Serviços privados de saúde	796
4.1 Participação complementar da iniciativa privada no SUS	797
5 Aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde	797
Exercícios de Fixação	799
 Capítulo 27 – Competência para julgamento das ações previdenciárias	803
1 Benefícios previdenciários comuns	803
1.1 Reconhecimento de união estável	804
1.2 Juizados Especiais Federais	805
1.3 Desnecessidade de prévio requerimento administrativo como condição da ação previdenciária	806
2 Benefícios acidentários	808
3 Benefício de prestação continuada da assistência social	811
4 Ação de execução fiscal	812
5 Execução de contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho	813
6 Mandado de Segurança	814
7 Ação Civil Pública	816
8 Benefícios da Previdência Complementar	816
Exercícios de Fixação	817
 Capítulo 28 – Súmulas Previdenciárias	819
1 Súmulas do Supremo Tribunal Federal	819
2 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	821
3 Súmulas da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais	823
Exercícios de Fixação	828
 Gabarito dos exercícios	830
Referências bibliográficas	831